

**PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 2.365 - BA (2019/0301469-6)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**REQUERENTE : MARCIA REIS BITTENCOURT**  
**REQUERENTE : PAULO ROBERTO SAMPAIO TAVARES CONCEICAO**  
**ADVOGADOS : PAULO ROBERTO SAMPAIO TAVARES CONCEIÇÃO (EM CAUSA PRÓPRIA) - BA007897**  
**MARCIA REIS BITTENCOURT (EM CAUSA PRÓPRIA) - BA0012420**  
**REQUERIDO : UNIÃO**

**DECISÃO**

Trata-se de pedido de tutela provisória formulado por MÁRCIA REIS BITTENCOURT e PAULO ROBERTO SAMPAIO TAVARES CONCEIÇÃO, em que objetivam a concessão de efeito suspensivo ao recurso especial não admitido na origem, "determinando a manutenção do bloqueio do valor referente aos honorários contratuais objeto da lide". (e-STJ fl. 16).

Passo a decidir.

O julgamento do recurso a que se pretendia fosse atribuído efeito suspensivo (AREsp 1.557.583/BA) esvazia o objeto do recurso presente.

O entendimento desta Corte é de que "a superveniência do julgamento do recurso especial ao qual se buscava a concessão de efeito suspensivo, ainda que sem trânsito em julgado, prejudica o pedido de tutela provisória em razão da perda do objeto" (AgRg no TP 1.556/DF, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 06/11/2018, DJe 14/12/2018).

A esse respeito:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. TRANSPORTE. TUTELA PROVISÓRIA. LIMINAR INDEFERIDA. RECURSO A QUE SE PRETENDIA CONCEDER EFEITO SUSPENSIVO JULGADO E NÃO CONHECIDO. PERDA DO OBJETO.

I - O recurso especial a que se pretendia conceder efeito suspensivo teve o seu seguimento negado na origem. Interposto agravo em recurso especial, não se conheceu do recurso diante da falta de impugnação dos fundamentos de negativa de seguimento. Assim, esvaziou-se o objeto da presente tutela de urgência, não havendo mais o que ser debatido através desse instrumento processual, diante da perda do objeto. No mesmo sentido: AgInt no AREsp 1069185/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/06/2018, DJe 28/06/2018; AgInt na MC 22.718/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/04/2018, DJe 30/04/2018; AgInt no TP 517/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/04/2018, DJe 25/05/2018.

II - Tutela provisória prejudicada.

(TP 1.230/MT, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/08/2018, DJe 27/08/2018).

# *Superior Tribunal de Justiça*

AGRAVO INTERNO. PROCESSUAL CIVIL. TUTELA PROVISÓRIA. PERDA DE OBJETO.

1. Trata-se de Agravo Interno contra decisão que indeferiu o pedido de Tutela Provisória e extinguiu o feito por reconhecer, à época, a incompetência do Superior Tribunal de Justiça, pois o tribunal de origem não realizara o exame de admissibilidade do Recurso Ordinário em Mandado de Segurança.

2. O citado Recurso Ordinário em Mandado de Segurança, todavia, já foi encaminhado ao Superior Tribunal de Justiça (RMS 56.426/SP) e o pedido de liminar nele formulado, cujo objeto é o mesmo da Tutela Provisória, foi indeferido.

3. Portanto, é o caso de se reconhecer a perda de objeto do Pedido de Tutela Provisória.

4. Agravo Interno não provido.

(AgInt no TP 517/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/04/2018, DJe 25/05/2018).

No caso dos autos, levando em consideração a superveniência da decisão que não conheceu do AREsp 1.557.583/BA, evidencia-se o esvaziamento do presente feito.

Diante do exposto, com base no art. 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, JULGO PREJUDICADO o pedido de Tutela Provisória.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA  
Relator